

O Popular

Lista da Prefeitura de imóveis “tombáveis” já está 20% menor

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO Paço usou relação feita em 2013 para provar na Justiça que está trabalhando para preservação de edificações com valor histórico

Márcio Leijoto
marcio.leijoto@opopular.com.br

Um inventário com 392 endereços de imóveis de valor histórico e cultural entregue em maio deste ano pela Prefeitura de Goiânia à Justiça para justificar que cumpria determinação judicial de desenvolver políticas públicas de preservação do patrimônio arquitetônico da capital conta com 20% das edificações já demolidas. Além disso, cerca de 8% dos endereços estão repetidos e 6%, com dados insuficientes ou errados para sua localização. Na relação, constam 302 endereços no Centro, 78 no Setor Campinas, 3 no Setor dos Funcionários e um no Setor Aeroporto e na Vila Abajá.

No dia 5 de setembro, o Executivo foi notificado a cumprir em 180 dias uma decisão do juiz Leonardo José de Oliveira, da 2ª Vara da Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos da Comarca de Goiânia, que atendia a um pedido do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) para que se faça o acautelamento de imóveis ainda não protegidos que tenham importância histórica e cultural para o posterior tombamento. A ação foi proposta em 2013 e a Prefeitura chegou a recorrer até ao Supremo Tribunal Federal (STF), não cabendo mais recursos desde 2017.

No dia 22 de maio, a Procuradoria Geral do Município (PGM) usou a lista “de bens de interes-

se histórico e cultural” para afirmar que já cumpriu “parcialmente” o que foi determinado pelo juízo, no caso a elaboração do inventário. A lista, entretanto, conforme o POPULAR apurou, é de 2013 e nunca foi atualizada. Servidores da Secretaria Municipal de Cultura (Secult) trabalham na verificação da situação dos imóveis listados.

A reportagem passou por 337 endereços do inventário da Prefeitura para checar a situação de cada um. Em outros 24 casos não foi possível porque os dados disponíveis não permitiam a correta localização e em 31 o endereço estava repetido. Em apenas 45% dos imóveis, a situação era visivelmente de preservação. Em outros



Casa em ruínas na Rua 56, no Centro, constava em lista da Prefeitura

15,3%, haviam modificações que alteravam parcialmente a fachada original.

Dos imóveis demolidos, o POPULAR encontrou no lugar prédios, como foi o caso nas Ruas 15, 71 e 72, no Centro, ou estacionamentos, como foi anotado nas Ruas 3, 20 e 72 e na Avenida Paranaíba, todos no Centro, e na Rua José Bonifácio, no Setor Campinas. Na Rua 15, inclusive, quatro imóveis vizinhos considerados “tombáveis” pela Prefeitura foram abaixo nos últimos 5 anos. Um deles virou es-

tacionamento de um supermercado, e dois deles permanecem apenas como lotes sem uso.

Há casos em que a demolição contou com a Prefeitura se posicionando publicamente a favor, como um na Rua 15, que foi abaixo em uma época em que o Executivo fazia campanha de demolição contra casas abandonadas sob alegação de risco para vizinhos, e outro ao lado da Academia Goiana de Letras (AGL), na Rua 20, usado como estacionamento da entidade. *Leia mais nas páginas 14 e 15.*

Fábio Lima



Casa no lote 15 da quadra 44 na Rua 24, no Centro, deu lugar a um terreno sem nenhuma edificação e um muro alto impede a visão de seu interior. Em um portão alto está escrito: "Garagem. Não Estacionar"

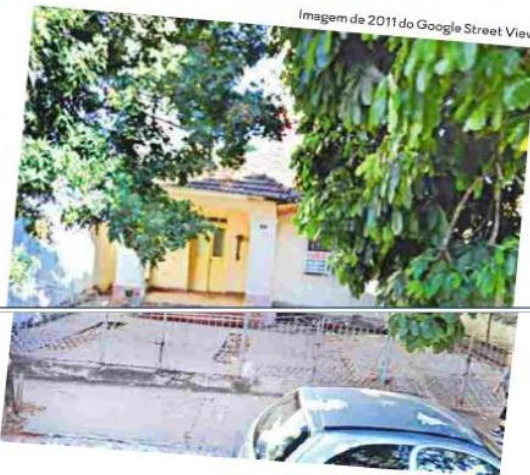


Imagem de 2011 do Google Street View

Urbanistas criticam falta de estímulo à preservação

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO Falta de apoio a proprietários de imóveis históricos seria tão grave quanto ausência de um acervo tombado

Márcio Leijoto
marcio.leijoto@opopular.com.br

Quanto mais afastados das principais vias comerciais do Centro e do Setor Campinas, mais as chances de encontrar preservados os imóveis listados pela Prefeitura de Goiânia em 2013 como de valor histórico e cultural. Entretanto, os motivos que levaram os proprietários das construções a demolí-las são os mais variados, desde a falta de condições de mantê-las a interesses comerciais.

No levantamento feito pelo POPULAR em cima do inventário, as casas com as características originais mais preservadas

estavam na região central localizada entre as Avenidas Paranã e Independência, mais longe da Rua 68 – via bastante movimentada por conectar o Centro à região da Rua 44. Por outro lado, as casas demolidas ficam principalmente no miolo entre as avenidas Anhangüera e 10 e as com fachada mais modificada, nas vias mais comerciais.

Arquitetos que atuam na área de preservação arquitetônica da cidade criticam a total falta de estímulo aos proprietários para deixar em pé imóveis com valor histórico. "É uma erosão que acontece devagarzinho, você às vezes não percebe, mas está acontecendo, e quando se dá conta já é tarde", disse a arquiteta Maria Ester de Souza, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO).

Maria Ester diz que houve uma maior intensificação nas demolições na região central en-

tre 2015 e 2016 e que agora este processo se encontra em uma velocidade "média". "Não está como há alguns anos, mas não está parado também", disse. Segundo ela, o poder público age de forma intencional ao não agilizar uma política pública de estímulo à preservação do patrimônio arquitetônico que obedece às pressões de mercado.

A arquiteta e urbanista Simone Borges Camargo, pesquisadora pela Universidade Federal de Goiás (UFG) que participou de outro inventário feito em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de Goiânia a pedido do Ministério Público do Estado

de Goiás (MP-GO), diz que as maiores pressões no Centro estão em cima de áreas mais valorizadas do mercado.

"O tombamento é muito importante, mas não garante a preservação. O proprietário do imóvel precisa ser incentivado a fazer a manutenção. O que podemos dizer para uma pessoa cujo único bem é um imóvel (histórico). Em São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, já existe política neste sentido", comentou. Para Simone, se nada for feito "a cidade corre o risco de perder sua identidade memorial".

As duas urbanistas lamentam o pouco valor dado pela população ao patrimônio existente no Centro. "Não é pela idade (dos imóveis). Somos uma cidade nova. Mas pela importância que (estes imóveis) têm para a cidade. Me preocupa as pessoas não conhecerem nosso patrimônio", disse Simone.



Imóvel ao lado da Academia Goiana de Letras (AGL) virou estacionamento, no Centro



Imagem de 2011 do Google Street View



Douglas Schinatto



Uma casa identificada como de valor histórico e cultural, situada na Rua 78, no Centro, foi demolida. Entulho ainda está no local

Imagem de 2011 do Google Street View



Fábio Lima



Imagem de 2011 do Google Street View

Um edifício de 4 andares surgiu onde havia uma casa no lote 14 da quadra 106 da Rua 71, no Centro, perto da Praça Arquiteto Neddermeyer. É o único edifício naquela região



Preocupação com Plano Diretor

A revisão do Plano Diretor de Goiânia, em tramitação na Câmara Municipal e com previsão de ser votado até o final do ano, preocupa urbanistas que pesquisam sobre patrimônio arquitetônico. É que existe uma previsão dentro do projeto de revitalização da região central da capital focado principalmente no maior adensamento, atraindo novos moradores e serviços, protegendo apenas os bens já tombados, mais de 50 concentrados principalmente no Centro e em Campinas.

Estão fora desta relação os imóveis listados tanto pela Prefeitura em 2013 como os levantados pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de Goiânia a pedido do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). Ambas as listas contam com mais de 300 imóveis.

A arquiteta e urbanista Márcia Guerrante diz que a velocidade com que os imóveis com valor histórico não protegidos devem ser demolidos pode aumentar, já que a aprovação da revisão pode ocorrer antes do prazo de 180 dias a partir de 5 de setembro dado pela Justiça para a Prefeitura acautelar os imóveis que constam no inventário. "As construtoras já estão de olho e não tem nada sendo feito para garantir a preservação por parte do poder público."

Márcia destaca que o planeja-

mento da Prefeitura para atrair a população para o Centro não passa pela valorização do patrimônio histórico existente no local. "Encontramos muitas casas muito bem preservadas. Tudo aquilo é um registro da memória de um povo", comentou.

Em nota, a Secretaria Municipal de Cultura (Secult) disse apenas que está sendo feito um trabalho "para avaliar os imóveis que serão tombados a partir do momento que for comprovada a relevância histórica de cada imóvel avaliado" e que está fazendo o possível para cumprir o prazo dado pela Justiça. Conforme o POPULAR apurou, a pasta sofre com a falta de recursos humanos e financeiros para fazer o serviço e não há previsão de reforço por parte da Prefeitura.

O procurador-geral do Município, Brenno Kelvys, diz que a Prefeitura tem interesse na preservação do patrimônio arquitetônico e que o executivo tem recorrido na Justiça contra a ação proposta pelo MP-GO por divergência quanto aos prazos. "Não houve nenhuma contrariedade, mas apenas uma necessidade de mais prazo."

A reportagem não conseguiu falar com o titular da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação (Seplanh) de Goiânia, Henrique Alves, nem com a promotora Justiça, Alice Freire, responsável pela ação civil que resultou no prazo dado pela Justiça à Prefeitura.